



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Polícia Civil
Subsecretaria de Gestão Administrativa

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa da necessidade da contratação

O Serviço de Perícias de Merceologia e Jogos (SPMJ) do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE), do Departamento Geral de Polícia Técnico-Científica (DGPTC), da Superintendência Geral de Polícia Técnico-Científica (SGPTC), da Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL) do Rio de Janeiro, realiza exames de autenticidade e avaliação pecuniária em bens de consumo de luxo (em conformidade ao artigo 172 do CPP), como metais nobres, gemas, joias, artefatos históricos, antiguidades e obras de arte, envolvidos em crimes de lavagem de dinheiro, estelionato, corrupção, violação de direitos autorais, danosidade social de alto vulto orquestrados pelo crime organizado e por facções criminosas, danos ao patrimônio entre outros, em conformidade à Estrutura Organizacional Básica da SEPOL (RIO DE JANEIRO, 2019).

É notória a utilização de obras de arte no cometimento do crime de lavagem do dinheiro obtido ilicitamente através dos tráficos de drogas, armas e seres humanos (SANCTIS, 2015,). Obras de arte também são utilizadas no financiamento ao terrorismo (ONU, 2015). Além disso, estes bens de consumo de luxo podem ser utilizados em diversas outras modalidades de crimes, como estelionato, evasão de divisas, corrupção e violação de direitos autorais. Ao analisar o mercado da arte, percebe-se que há uma série de fatores que o torna bastante atrativo para aqueles que desejam utilizá-lo para fins ilícitos: a confidencialidade que envolve o mercado; os elevados valores das transações; a falta de experiência dos agentes policiais em relação ao funcionamento do mercado e; a portabilidade, a facilidade que envolve o transporte e movimentação das obras (PERINO, 2020).

Percebe-se ainda, uma tendência de aumento desses crimes e, conseqüentemente, uma alavancagem da demanda do SPMJ, relacionada diretamente às facilidades tecnológicas, como por exemplo os leilões virtuais de objetos de arte (LUCENA, 2021). Para proceder a um exame pericial eficaz, seria necessário conhecer a composição química das pinturas questionadas. Essa metodologia é eficiente, uma vez que é muito comum um dado artista ao longo de sua carreira selecionar um conjunto de materiais, que serão utilizados, durante certo período artístico. Além disso, é comum no processo criativo da obra, o artista realizar específicas misturas de pigmentos e aglutinantes, para atingir certas tonalidades de cores. Esse conjunto de materiais e métodos de preparação das tintas, empregados pelo artista, acabam se tornando padrões, repetidos em diferentes obras, que levam em consideração a escola de formação do pintor e desenvolvimento de sua técnica e estilo, transformando sua paleta em um perfil químico, que dificilmente pode ser reproduzido com exatidão.

Logo, a caracterização da matriz química inorgânica e orgânica presente em uma obra de arte, pode ser empregada como uma metodologia de exame forense. Sendo necessário, comparar os resultados da matriz química da tela suspeita com uma autêntica do mesmo autor e de período próximo (THAUMATURGO, 2021). Atualmente (dezembro/2024) o SPMJ possui uma demanda para elaboração de perícias em 12 pinturas atribuídas a diferentes artistas, envolvidas em crimes de lavagem de dinheiro, estelionato e violação de direitos autorais, oriundas das UPAJs: DCOD, 10ª DP, DGCOR-LD. Vale ressaltar que, para cada tela questionada, é necessário examinar o maior número de padrões autênticos para confronto de dados. Dessa forma, cada uma das telas gera uma série de exames em telas autênticas existentes em museus ou galerias, alavancando ainda mais a quantidade de testes.

É importante ressaltar que o ICCE possui 09 (nove) Peritos Criminais capacitados e certificados em Curso de Extensão teórico e prático de utilização da técnica de espectroscopia no infravermelho por transformada de Fourier (FTIR) aplicada às análises em obras de arte. Três desses Peritos estão atualmente lotados no SPMJ. Essa capacitação foi realizada ao longo do ano de 2021 nas dependências do Laboratório de Instrumentação e Simulação Computacional do Instituto Federal do Rio de Janeiro, campus Paracambi (IFRJ-Paracambi).

Em parceria com o IFRJ os Peritos Criminais lotados no SPMJ desenvolveram trabalhos analisando obras de arte acauteladas no SPMJ. Os resultados podem ser apreciados em trabalhos apresentados em reuniões científicas e publicados em periódicos científicos e revistas de divulgação científica (THAUMATURGO, 2021a, 2021b, 2022a, 2022b, 2022c; SOUZA, 2022; DE FREITAS, 2022).

Por fim, é importante salientar que o equipamento de FTIR não demanda nenhuma infraestrutura específica para sua instalação, isto é, não gera gastos adicionais para efetivamente ser colocado em funcionamento. Suas necessidades são apenas uma mesa para apoio e uma tomada de 110 ou 220 volts. Além disso, suas manutenções/revisões periódicas são realizadas no próprio local de funcionamento por técnico visitante, sem necessidade de retirada de peças ou envio do equipamento para outro estado ou país, visto que, as empresas fornecedoras possuem planta de produção no Brasil.

1.2. Instrumento de planejamento

A presente demanda se encontra prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) da SEPOL de 2025 (94132699/99801448).

1.3. Convênio Federal

Visando buscar a melhor estratégia para atendimento à demanda identificada, foi firmado o convênio nº Plataforma + Brasil Nº 947687/2023, celebrado junto à União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a vigência até 31/12/2025 (Indexadores 98435535, 98435654 e 98435702)

1.4. Resultados pretendidos do atendimento da demanda

A aquisição dos instrumentos de FTIR portátil visa a modernização do parque tecnológico do

Serviço de Perícias de Merceologia e Jogos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli – SPMJ/ICCE-DGPTC. Para atender às necessidades da Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro, que permitam garantir a mínima eficiência, eficácia e produtividade necessárias ao atendimento da demanda do setor, a aquisição deve ser orientada para os resultados abaixo:

- a) Atender às demandas das UPAs/RJ por exames forenses em bens de consumo de luxo;
- b) Aumentar progressivamente o atendimento às demandas das UPAs/RJ por exames forenses em bens de consumo de luxo, até o SPMJ ser capaz de atender plenamente à demanda de todas as UPAs do Estado;
- c) Aprimorar as investigações dos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, danosidade social de alto vulto orquestrados pelo crime organizado e por facções criminosas, e outros associados ao tráfico de drogas, danos ao patrimônio e improbidade;
- d) Evitar a paralisação dos exames de Merceologia Forense, ofertados atualmente pela SEPOL e consequente prestação de serviços à sociedade;
- e) Promover – a partir de instrumentos de ordem portáteis – maior agilidade na elaboração dos exames, com redução do tempo gasto para a entrega de laudos periciais aos órgãos requisitantes;
- f) Viabilizar o uso de novas técnicas que podem propiciar um maior número de exames com resultados positivos.

2. ANÁLISE DO CENÁRIO

Alguns setores da SEPOL possuem equipamento de FTIR, porém dedicados às análises de entorpecentes. Esses aparelhos possuem características que inviabilizam a sua utilização nas perícias em obras de arte, como por exemplo:

- a) são equipamentos de bancada, inviabilizando seu transporte e portabilidade para análises de obras de arte padrões em instituições museológicas, ou para análises de obras suspeitas em cenas de crimes;
- b) são equipamentos que necessitam da retirada de amostras para análises, destruindo-as durante o processo.

Dessa forma, inviabilizam a utilização nas perícias em obras de arte, cujo intuito é utilizar equipamentos não invasivos e não destrutivos, que ajudem a preservar os bens do patrimônio histórico/artístico/cultural brasileiro. A técnica de FTIR não invasiva, já vem sendo empregada em obras de arte acauteladas no SPMJ através de um Acordo de Cooperação Técnico-Científica entre o ICCE e o IFRJ-Paracambi. No entanto é necessário encaixar na agenda do IFRJ, não suprimindo toda demanda do serviço e no tempo ideal para emissão dos laudos. Além disso, existem dificuldades logísticas de transporte de materiais valiosos do Centro do Rio de Janeiro até Paracambi; ou dificuldades de deslocamento dos equipamentos portáteis do IFRJ de Paracambi até o Centro do Rio de Janeiro.

Em resumo, o equipamento de FTIR adquirido por meio deste projeto, instalado no SPMJ/ICCE propiciará a agilização dos exames, conferindo maior segurança aos envolvidos e permitindo a efetivação das soluções propostas.

2.1. Levantamento das soluções de mercado

A aquisição de um equipamento de espectroscopia no infravermelho por transformada de

Fourier (FTIR) para exames em obras de arte, a fim de atender às demandas do Serviço de Perícias de Merceologia e Jogos (SPMJ) da Secretaria de Polícia Civil do Rio de Janeiro pode ser realizada através de:

a) Aquisição de sistema de ftir de bancada

A espectroscopia no infravermelho por transformada de Fourier (FTIR) é uma técnica analítica usada para investigar a composição orgânica de uma amostra de maneira qualitativa e quantitativa. Seu princípio de funcionamento pode ser simplificado da seguinte maneira: os espectros obtidos a partir da incidência do infravermelho possuem características específicas para cada tipo de ligação química existente entre os átomos. Dessa forma, é possível inferir quais moléculas/substâncias estão presentes nas amostras.

As principais vantagens deste método em relação aos outros disponíveis estão relacionadas ao seu caráter não destrutivo, a falta de necessidade de preparação da amostra e a rapidez na obtenção dos resultados. Contudo, o uso de sistema de bancada inviabiliza a utilização do equipamento nos museus para coleta de padrões. Ou seja, este equipamento ficaria restrito às obras de arte apreendidas e enviadas ao SPMJ/ICCE.

Um levantamento do cenário verificou-se que as empresas Agilent Brasil Ltda e Bruker do Brasil Ltda são capazes de fornecer o referido sistema.

b) Aquisição de sistema de ftir portátil

As características do trabalho forense, de ordem discricionárias, a ser realizado pelo Serviço de Perícias de Merceologia e Jogos leva à escolha por modelos portáteis. O funcionamento dos modelos móveis se dá de forma semelhante ao sistema descrito no subitem supramencionado, contudo cabe mencionar que os sistemas de FTIR portáteis possibilitam sua utilização tanto no SPMJ/ICCE quanto nos museus para coleta de padrões.

Abaixo estão algumas vantagens da aquisição de um equipamento de FTIR portátil em comparação com um de bancada:

a) Mobilidade e Flexibilidade:

A principal vantagem de um equipamento de FTIR portátil é a mobilidade que ele oferece. Permite que os Peritos conduzam análises diretamente no local, seja em uma cena de crime ou uma instituição museológica para coleta de padrões. Isso é especialmente útil para situações em que a movimentação do equipamento é necessária, proporcionando maior flexibilidade e agilidade nas investigações.

b) Análises *in situ*:

Com um dispositivo portátil tem-se a possibilidade de realizar análises *in situ*, o que significa que não é necessário transportar amostras para um laboratório. Isso agiliza o processo de

investigação, reduz o tempo de espera por resultados e permite uma resposta mais rápida às necessidades operacionais.

c) Economia de Tempo e Recursos:

A portabilidade do equipamento economiza tempo e recursos, uma vez que elimina a necessidade de enviar amostras para análise em laboratórios externos. Isso resulta em uma resposta mais rápida e eficiente nas investigações, possibilitando uma tomada de decisão mais ágil.

d) Aplicações Diversificadas e facilidade de uso:

Equipamentos portáteis de FTIR são versáteis e podem ser usados em uma variedade de cenários. Os equipamentos portáteis são projetados para serem mais compactos e fáceis de operar. Isso facilita o treinamento dos Peritos e aumenta a acessibilidade do uso do equipamento em diferentes situações operacionais.

Apenas o equipamento portátil pode ser utilizado em cenas de crimes e em intuições museológicas para coleta de padrões, portanto somente o equipamento portátil supriria as necessidades do Serviço.

Em um levantamento preliminar no mercado de equipamentos analíticos, verificou-se um número considerável de empresas habilitadas a fornecer o instrumento portátil. Após análise de catálogos e notas técnicas de aplicações, destacam-se as empresas Bruker do Brasil Ltda, Thermo Fisher Scientific representada pela Química Brasileira Ltda e Agilent Brasil Ltda.

Com o intuito de buscar soluções que atendam à demanda de aquisição do equipamento, foram identificadas assim as soluções indicadas abaixo:

- Aquisição através de realização de pregão eletrônico;
- Aquisição por meio de adesão à ata de registro de preço de outro Órgão

Em levantamento praticado junto Portal de Compras do Estado e outros bancos, não foram localizadas atas vigentes que contemplassem equipamentos demandados pela SEPOL. Desta forma, a contratação através de adesão à ARP não se mostra possível.

A aquisição por meio de processo licitatório contempla todas as peculiaridades do objeto a ser adquirido, há chance de se alcançar o melhor execução dos recursos públicos e, conseqüentemente, maior eficiência em seu empenho.

2.1.1. Especificação Técnica

O equipamento deve atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos e incluir os itens e acessórios descritos abaixo:

a. Características de hardware:

a.1 Banco óptico selado e dessecado, com espelhos revestidos em ouro e sistema de interferômetro com alinhamento permanente. O fornecedor deve oferecer garantia mínima de 10 anos nas partes móveis do interferômetro, incluindo partes e serviços.

a.2 Componentes óticos, como janelas e divisor de feixes, devem ser elaborados em Seleneto de Zinco (ZnSe) ou material alternativo não-higroscópico. Serão aceitas componentes óticos alternativos somente se a oferta contemplar garantia mínima de 10 anos contra defeitos ou danos por umidade nestes componentes, incluindo partes e serviços.

a.3 Laser de estado sólido de alta durabilidade. O fornecedor deve oferecer garantia mínima de 10 anos contra defeitos ou desgaste por uso, incluindo partes e serviços.

a.4 Fonte de infravermelho em Carbetto de Silício (SiC) ou outro material cerâmico de igual desempenho (não é aceitável o uso de lâmpada halógena/tungstênio). A fonte conter suporte pré- alinhado que permita a reposição pelo próprio usuário. Deve incluir mais uma fonte de infravermelho adicional. Deve ter garantia mínima de 5 anos contra defeitos ou desgaste por uso, incluindo partes e serviços.

a.5 Detector com elemento em Sulfato de Triglicina Deuterada (DTGS ou DLaTGS) com temperatura estabilizada e conversor analógico/digital integrado de baixo ruído eletrônico.

a.6 Interface de amostragem por Refletância Total Atenuada (ATR) com cristal de ATR em diamante monolítico, equipado com sistema de aquecimento até 100 graus Celsius ou melhor e controlado via software do sistema. Superfície de amostragem compatível com amostras sólidas, semi sólidas ou líquidas, incluindo adaptador para análise de solventes voláteis. O fornecedor deve oferecer garantia mínima de 10 anos contra defeitos ou desgaste, incluindo partes e serviços.

a.7 Interface de amostragem por reflectância externa com câmera de vídeo acoplada que permita identificação da posição exata da medida.

b. Especificações mínimas de desempenho:

b.1. Resolução espectral ajustável a partir de 2 cm⁻¹ ou melhor.

b.2. Faixa espectral de 400 a 6000 cm⁻¹ ou mais ampla.

b.3. Razão sinal/ruído em feixe aberto igual ou melhor que 40.000:1 medido pico a pico à resolução de 4 cm⁻¹ em 1 minuto de medição.

b.4. Exatidão de número de onda igual ou melhor que 0,05 cm⁻¹ a 2.000 cm⁻¹.

b.5. Precisão de número de onda igual ou melhor que 0,001 cm⁻¹ a 2.000 cm⁻¹, equivalente ao desvio padrão em 10 (dez) medições consecutivas.

b.6. Interface com computador: USB e LAN (permite manutenção por acesso remoto)

b.7. Tensão: Bivolt automático, Frequência: 60Hz, Baixo consumo: < 50 W.

c. Banco de Dados Espectrais (Bibliotecas):

c.1. Bibliotecas Espectrais Comerciais para uso geral, somando pelo menos 10.000 espectros adquiridos por ATR e/ou transmitância, que contemplem substâncias de interesse forense tais como: tintas, fármacos, polímeros, substâncias químicas e de interesse forense, pesticidas da classe dos Carbamatos (inclusive Aldicarb e Carbofuranos).

c.2. Bibliotecas Espectrais Comerciais para identificação de drogas, novos psicoativos sintéticos e substâncias ilícitas, somando no mínimo 2.000 espectros adquiridos por ATR e/ou transmitância, que contemple as seguintes classes de substâncias: Cocaína HCL, base e derivados, Canabinóides clássicos de origem natural (Δ^9 -THC e derivados), Canabinóides sintéticos (agonistas de receptores CB1 e CB2), Ecstasy (MDMA), Piperazinas, Aminoidanos, Triptaminas, Feniletilaminas e derivados N-metoxibenzil (N-BOMe).

c.3. Plena compatibilidade com a Biblioteca Espectral Pública (gratuita) disponibilizada por SWGDRUG - Scientific Working Group for the Analysis of Seized Drugs e RESPONSE, permitindo seu

uso para busca e análise de misturas complexas.

d. Software, Sistema de Dados e Acessórios:

O espectrômetro deve ser acompanhado de:

d.1. Software de operação compatível com ambiente Microsoft Windows, acesso limitado por senha, histórico de operação rastreável e amplas possibilidades de manipulação de espectros como: subtração, multiplicação, conversão de absorbância/transmitância, normalização, correção de linha de base, conversão logarítmica, derivada, alisamento, correção de ATR, entre outras. Deve apresentar interface dedicada para análise forenses (preferencialmente no idioma Português) e possuir ferramenta com algoritmo avançado de busca em bibliotecas espectrais para análise multicomponente de misturas complexas.

d.2. Deve possuir uma interface dedicada à rotina forense (em português ou inglês) para melhor fluxo de trabalho e otimização do processo.

d.3. Sistema de dados portátil, tipo Notebook, com as seguintes configurações mínimas: processador de 2,4 GHz ou superior, memória RAM de 4 GB ou superior. tela led de 15 polegadas, leitor CD/DVD, modem/LAN, porta USB, mouse touchpad integrado e software operacional Windows 10 Ultimate ou versão superior compatível com o software do espectrômetro.

d.4. Tripé para o equipamento em alumínio e aço com mesa móvel que permita fácil mudança de altura e ajuste do ângulo entre as bases.

d.5. Deve possuir uma pequena estufa de laboratório para regeneração dos dessecantes;

d.6. Kit de dessecante com pelo menos mais 5 cartuchos/pacotes

2.2. Avaliação comparativa (Benchmarking)

2.2.1. Contratações similares feitas pelo próprio Órgão/Entidade

Não há registro de contratações similares no histórico desta SEPOL.

2.2.2. Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades

Em pesquisa realizada, foram encontradas contratações similares realizadas por outros poderes da federação.

Licitação	Unidade	Objeto	Modalidade
PE 17/2024	Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social /PB	Sistema compacto de espectroscopia no infravermelho com transformada de fourier	Pregão eletrônico

PE 007/2020	Centro de Perícia Científica Renato Chaves/PA	Espectômetro e infravermelho por transformada de fourier	Pregão eletrônico
PE- 974/2025	Secretaria de Estado da Segurança Pública Parana	aquisição de oito unidades de Sistema de Espectrometria de Infravermelho com Transformada de Fourier (FTIR) com Refletância Total Atenuada (ATR)	Pregão eletrônico
PE- 618/2024	Polícia Científica do Paraná	Aquisição de duas unidades de Sistema de Espectrometria de Infravermelho com Transformada de Fourier (FTIR), visando atender as necessidades de ampliação do escopo de análises analíticas realizadas pelos Laboratórios de Química Forense da Polícia Científica do Paraná e abertura do Laboratório de Química no Município de Foz do Iguaçu	Pregão eletrônico
PE 90007/2024 - SRP	Polícia Federal	Aquisição de 16 unidades de Espectrômetros de Infravermelho com Transformada de Fourier (FT-IR)	Pregão eletrônico

2.2.3. Consulta ao mercado

Em um levantamento preliminar no mercado de equipamentos analíticos, verificou-se um número considerável de empresas habilitadas a fornecer o instrumento portátil. Após análise de catálogos e notas técnicas de aplicações, destacam-se as empresas Bruker do Brasil Ltda, Thermo Fisher Scientific representada pela Química Brasileira Ltda e Agilent Brasil Ltda. De acordo com o DRC 92088097 e anexos das postostas 95962549,95962265 e 95962300:

Fornecedor	CNPJ	Contato
BRUKER DO BRASIL LTDA	04.755.378/0001-56	(11) 2119-1750
THERMO FISHER SCIENTIFIC	04.782.142/0001-09	(19) 3836-3110
AGILENT BRASIL LTDA	42.498.725/0001-00	(21) 99618-9601

2.3. Institucional e Legal

O presente estudo foi realizado com base na legislação brasileira pertinente, onde destacamos:

- Lei nº 14.133/2021
- Decreto Estadual nº 48.816/23
- Decreto Estadual 48.778/23
- Lei Complementar nº 123/2006
- Lei 8.078, de 11/09/1990
- Lei Complementar nº 210/2023

- Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022
- Decreto Federal nº 10.947/2022
- Decreto Federal nº 11.462/2023

2.4. Estimativa de quantitativo

A equipe técnica requisitante considera suficiente para atender a demanda do SPMJ a aquisição de 01 (um) equipamento portátil de espectroscopia no infravermelho por transformada de Fourier (FTIR), eis que essa quantidade é fundamental para o bom andamento dos serviços prestados à população fluminense e suficiente para atender a demanda, conforme informação no indexador 92088097.

2.5. Estimativa de preços

Para apuração preliminar do valor da demanda, foi realizada pesquisa junto aos seguintes fornecedores: Thermo Scientific, Bruker e Agilent Thechnologies, conforme índices 92890055, 92890619 e 92889590.

Os valores encontrados são detalhados na tabela a seguir:

Empresas	Quantidade	Fornecimento	Valor Total R\$
Thermo Scientific	01	unidade	513.741,60
Bruker	01	unidade	459.958,30
Agilent Thechnologies	01	unidade	427.493,75
MÉDIA	467.064,55		

Portanto, estima-se, perante os fatores apresentados nas tabelas acima, tendo por base o valor global para o presente processo licitatório, o valor de **R\$ 467.064,55 (quatrocentos e sessenta e sete mil, sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)** para a contratação dos objetos supracitados.

2.6. Audiência Pública

Não se aplica a realização de audiência pública prevista no art. 21, da Lei nº 14.133/21

2.7. Parcelamento do Objeto

A presente demanda não cabe o parcelamento, eis que os itens que compõem o objeto

configuram sistema único e integrado.

2.8. Análise da possibilidade de licitação exclusiva e de cota reserva para micro e pequenas empresas

No presente estudo analisou-se a possibilidade de aplicação das regras estabelecidas no art. 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

O inciso I do referido artigo estabelece que o processo licitatório deve ser destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando o valor dos itens de contratação for de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Já o inciso III estabelece que, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, deve ser destinada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Note-se que a concessão do tratamento diferenciado com vistas à participação de microempresas e empresas de pequeno porte é excluída nas hipóteses mencionadas nos arts. 47, 48, inciso I, e 49 da Lei Complementar nº 123/06, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/14, sendo que no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, foi editado o Decreto nº 42.063/09, alterado pelo Decreto nº 45.790/16.

Além disso, compilando as determinações da Lei Complementar nº 123/06 e do Decreto Estadual nº 42.063/09, com as respectivas alterações, bem como o entendimento da Procuradoria Geral do Estado acerca da matéria, foi editado o Enunciado nº 33 pela d. PGE/RJ, veja-se:

Enunciado n.º 33 - PGE: Microempresas, empresas de pequeno porte, empresários individuais e cooperativas nas contratações públicas

1. As contratações públicas estaduais de bens, serviços e obras destinadas exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, empresários individuais e cooperativas deverão obedecer aos artigos 47 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, e pelo Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009.

2. Poderão participar das licitações exclusivas a que se refere o item 1 as microempresas, empresas de pequeno porte, empresários individuais e cooperativas, na forma do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 c/c art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. Os seguintes pressupostos deverão ser observados, cumulativamente, na fase interna dessas licitações, consoante os arts. 48, inciso I c/c 49, incisos II e III da Lei Complementar nº 123, de 2006 e arts. 6º e 9º do Decreto Estadual nº 42.063, de 2009:

a) valor estimado de cada item de contratação não superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

b) constatação de haver, pelo menos, 3 (três) fornecedores, presumíveis competidores, beneficiários deste regime sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

c) verificação da vantajosidade para a Administração Pública Estadual, que deve ser aferida pelo valor estabelecido como referência da contratação, ou seja, pela pesquisa de preços;

- d) não representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
- e) atingimento dos objetivos fixados pelo art. 1º, do Decreto nº 42.063, de 2009, sendo esta uma presunção relativa, que poderá ser refutada por justificativa formalmente apresentada pelo órgão responsável pela contratação.

Por todo o exposto, mostra-se inviável a realização de licitação exclusiva para micro e pequenas empresas pois o valor do item de contratação é maior que R\$ 80.000,00, como também não cabe reserva de cota de 25% diante do quantitativo a ser adquirido (apenas 1 equipamento). Além do mais, nota-se que as empresas fornecedoras do equipamento no mercado não são EPP e ME (indexadores 95962549, 95962265 e 95962300)

2.9. Conclusão da análise de cenário

Portanto, a solução que se mostra mais viável é a Aquisição do Sistema de FTIR, modelo portátil, a fim de serem utilizadas para a determinação da composição química orgânica dos aglutinantes das tintas de obras de arte analisadas pelo Serviço de Perícias em Merceologia e Jogos (SPMJ) do ICCE, através de Pregão Eletrônico.

3. SOLUÇÃO

3.1. Definição sucinta do objeto

Aquisição de equipamento portátil de espectroscopia no infravermelho por transformada de Fourier (FTIR) para a identificação da composição química orgânica dos aglutinantes componentes das tintas de obras de arte.

3.2. Identificação dos itens, quantidades e unidades

3.2.1. A especificação dos itens a serem adquiridos foi definida através do DRC 92088097.

3.2.2. Considerando as descrições detalhadas, os quantitativos de cada item e as estimativas de preço levantadas, assim fica a definição dos itens:

ITEM	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO (SIGA)	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTITATIVO
1	CÓDIGO ID SIGA 6630.050.0003 ID 190611	ESPECTROMETRO PORTATIL, RESOLUCAO DETECTOR: < 185 EV, TEMPERATURA AMBIENTE: - 15 °C ~ 40 °C, TEMPO EDICAO: 3/60 SEG, POTENCIA: 30 - 490 MW, ACOMPANHA: SUPORTE PORTATIL, BATERIAS CARREGAVEIS, FONTE AC, COLDRE, MALETA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	01

CÓDIGO CADMAT 483007	Espectrômetro Comprimento Onda: 178 A 780 NM Frequência Operação: 2.450 MHZ Potência: 1.000 W		
----------------------------	--	--	--

3.2.2.1. Considerando o Decreto Federal nº 10.024/2019 (em seus arts. 1º, §3º c/c 5º), por se tratar de licitação de ente federativo que utiliza recurso da União decorrente de transferência voluntária, será necessário que o certame ocorra através da modalidade pregão, na forma eletrônica, pelo Sistema de Compras do Governo Federal. Por força dessa determinação, faz-se necessário indicar o CATMAT de cada item.

3.4. Informações Complementares

a) A contratação inclui os seguintes serviços:

- a instalação do equipamento

- o treinamento executado por técnico habilitado pela fabricante, com no mínimo 06 (seis) horas de duração incluindo teoria e prática, para pelo menos 05 (cinco) participantes, com todos os custos de deslocamento e diárias inclusos.

b) Deverá apresentar software que possibilite exportação de dados na extensão (.csv), gabinete (suporte) portátil de bancada compacto para uso em campo e maleta para transporte, com configuração.

3.3. Garantia, manutenção e assistência técnica

Observando-se contratações similares, observou-se que o objeto deverá atender às seguintes condições :

a) O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

b) Os prazos de garantias técnicas específicas estendidas, notadamente quanto aos elementos ópticos, laser, fonte de infravermelho, detector e acessório de amostragem ATR, encontram-se discriminadas nos requisitos mínimos de desempenho e durabilidade definidos nas especificações técnicas do objeto, cuja descrição detalhada encontra-se devidamente elencada no item 2.1.1 do presente estudo.

c) O equipamento deverá possuir suporte e assistência técnica nacional, sendo que a contratação abrangerá toda a mão-de-obra, peças, deslocamento/estadia da equipe técnica e quaisquer custos inerentes e necessários ao cumprimento do termo de garantia proposto, independentemente do número de ocorrências.

d) A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas

condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

e) A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

f) Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

g) As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

h) Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada. Se precisar importar peças, esse prazo poderá ser dilatado para 60 (sessenta) dias.

i) O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

j) Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

k) A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4. DESENHO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Forma de execução da contratação

4.1.1. Prazo e local de entrega

4.1.1.1. A entrega do objeto se dará em remessa ÚNICA, no endereço descrito na Tabela abaixo:

Órgão	Endereço

Serviço de Perícias de Merceologia e Jogos (SPMJ) - Instituto de Criminalística Carlos Éboli	Rua Pedro I, 28, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20060-050
--	--

4.1.1.2. Em função da alta prioridade, o recebimento do objeto se dará com o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento da Autorização de Compra ou de outro instrumento similar. O prazo poderá ser prorrogado por mais 60 dias, não excedendo ao total de 120 (cento e vinte) dias corridos.

4.1.1.3. A entrega deverá ser realizada mediante agendamento prévio com os fiscais do contrato.

4.2. Informações contratuais

4.2.1. Duração do contrato

O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses.

4.2.2. Reajustamento de preços

É sugerido que, na forma do que dispõe o artigo 25, parágrafo 7º da Lei nº 14.133/21 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14/02/2001, após decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento, poderá a Contratada fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IPCA/IBGE, que deverá retratar a variação efetiva dos custos na consecução do objeto contratual.

4.2.3. Garantia financeira

A garantia financeira, prevista no artigo 96 da Lei nº 14.133/21, tem por objeto assegurar a execução do contrato administrativo, ressaltando-se que a lei remete à discricionariedade da Administração sua exigência.

"A exigência da garantia do contrato, em contratações com riscos mais significativos, terá três finalidades: (i) afastar licitantes que tenham riscos mais consideráveis de não executar o objeto do contrato; (ii) depois de celebrado o contrato, incentivar, ainda mais, o particular a cumprir suas obrigações, em razão da possibilidade de liberação ou restituição da garantia pela Administração (art. 100 da NLLCA) ou para não comprometer sua reputação perante instituição financeira ou seguradora responsável pela emissão da garantia; (iii) na hipótese de inexecução do contrato, conforme inciso III, do art. 139 da NLLCA, suportar os prejuízos ocasionados à Administração, facilitar o recebimento de multas aplicadas, viabilizar o pagamento das obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias não adimplidas e, em algumas situações, adiante comentadas, promover a conclusão do objeto do contrato pela seguradora." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Volume 2. Ed. Fórum. Rafael Amorim de Amorim e outros. Fl.292/293).

Desta forma, considerando que o pagamento somente será realizado após a entrega dos itens, diminuindo os riscos à Administração, avaliando-se os riscos envolvidos, se sugere que seja dispensada a apresentação da garantia financeira.

4.2.4. Critérios e práticas de sustentabilidade

Visando promover a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, verificou-se a necessidade de que a empresa contratada adote critérios e práticas de sustentabilidade: economia no consumo de água e energia, minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados, racionalização do uso de matérias-primas, redução da emissão de poluentes, adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, utilização de produtos de baixa toxicidade, utilização de produtos com a origem ambiental sustentável.

4.2.5. Possibilidade de subcontratação

Em razão da natureza da aquisição pretendida, na qual fica impossibilitada a identificação da parcela de maior relevância, a equipe de planejamento não vislumbra como praticável a possibilidade de subcontratação.

4.2.6. Possibilidade de participação de Consórcio

A participação de consórcio em licitação encontra-se atrelada diretamente aos benefícios que possa trazer à competitividade do certame e à execução do contrato dela derivado, o que implica dizer que essa (participação) será devida quando viabilizar maior competitividade e indevida quando implicar na redução dessa, devendo em toda situação ser sopesado, ainda, a existência ou não de prejuízo à execução do objeto.

A vedação ou a admissão de consórcio em licitação deve ter em vista possibilitar maior concorrência, que conforme o caso concreto pode ocorrer em uma ou outra situação. Conquanto a opção pelo consórcio seja uma faculdade discricionária da Administração, essa escolha se justifica apenas sob certas circunstâncias, quando necessário aumentar a competitividade do certame, em face da complexidade do objeto ou das circunstâncias do mercado.

Ocorre que, no caso vertente, não se fazem presentes essas duas premissas: complexidade dos serviços pretendidos - se parcelados, conforme preconiza lei - e peculiaridades do mercado.

Ante o exposto, entende-se que não há motivação para participação de empresas em regime de consórcio

4.2.7. Possibilidade de participação de cooperativas

A partir do benchmarking realizado e, em conformidade à Orientação Normativa nº 08 da

4.2.8. Das Infrações e Sanções Administrativas

a) A contratada se submeterá ao regime de sanções previsto na Lei nº 14.133/2021.

b) No tocante à multa compensatória, espécie de cláusula penal que visa pré-definir as perdas e danos em caso de inadimplemento absoluto e rescisão do Contrato, servindo como uma antecipação caso o valor indenizatório que vier a ser apurado for maior do que a multa compensatória estabelecida, a mesma está prevista no parágrafo único, do art. 162 da Lei nº 14.133/21, segundo o qual “*A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei*”.

c) Conforme disposto em nota explicativa da minuta-padrão de contrato de aquisição da Procuradoria Geral do Estado - PGE, o percentual da referida multa deverá ser definido pelo Administrador, no caso concreto, sendo o seu valor-limite aquele previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

d) Considerando-se que o valor máximo da multa moratória é de 30% do valor contratual, tem-se que o parâmetro a ser utilizado pelo gestor varia entre 30% e 100%.

e) Considerando as possibilidades de combinação entre probabilidade e impacto relativas ao chamado risco ocupacional, temos as tabelas de referência a seguir.

Escala qualitativa de classificação	
Classificação	Valor
Baixo	5
Médio	10
Alto	15

Probabilidade		Impacto	Risco
5	x	5	25
5	x	10	50
5	x	15	75
10	x	10	100
10	x	15	150
15	x	15	225

f) Considerando-se os cenários possíveis de nível de risco, resta estabelecido o percentual de incidência da multa compensatória nos seguintes patamares:

Risco	Percentual da Multa Compensatória
25	30%
50	40%
75	50%
100	60%
150	70%
225	80%

g) Considerando o mapa de riscos (95962332) e os cenários possíveis de nível de risco (R6), sugere-se o percentual de 30% (trinta por cento) do valor contratado, a ser ratificado pelo Ordenador de Despesas.

h) Ressalta-se que a aplicação da multa não exclui as demais penalidades previstas na Lei 14.133/21.

4.3. Seleção do fornecedor

4.3.1. Regime de contratação

O regime de contratação será o previsto na Lei Federal nº 14.133/21, que instituiu as normas para licitações e contratos da Administração Pública.

4.3.2. Âmbito da licitação

Sabendo-se que o objeto a ser adquirido é matéria comum no mercado nacional, sendo produzido e comercializado por algumas empresas e fornecedores, a equipe de planejamento assente que a licitação será em âmbito nacional.

4.3.3. Orçamento sigiloso ou público

Consoante ao art. 24 Lei 14.133/21, sugere-se que o orçamento da presente da contratação não seja sigiloso, uma vez que quando da realização da pesquisa preliminar do mercado neste Estudo Técnico Preliminar, não se verificou grande oscilação nos preços praticados ao objeto a ser adquirido, não se vislumbrando a necessidade de adoção do sigilo para obtenção de melhores propostas dos fornecedores no certame.

4.3.4. Forma e critérios de seleção

a) Regime de Contratação

O regime de contratação será o previsto na Lei Federal nº 14.133/21, que instituiu as normas para licitações e contratos da Administração Pública.

b) Modo de Disputa

Em relação ao modo de disputa da licitação, em prestígio ao princípio da publicidade e considerando que a divulgação em aberto dos lances permite aos demais concorrentes oferecer lance sucessivo, a fim de cobrir a proposta de menor preço, a equipe de planejamento entende que o modo de disputa que poderá viabilizar maior competitividade será o aberto n/f do estabelecido no artigo 56, inciso I da Lei 14.133/21.

c) Proposta de preços

Sugere-se que o prazo de validade das propostas seja de 60 (sessenta) dias corridos, na forma do art. 22 do Decreto nº 48.778/23.

4.3.5. Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

No que concerne à documentação de habilitação da contratada, a relação será inserida no Termo de Referência, em atendimento ao que preconiza o art. 62, da Lei nº 14.133/21.

4.3.6. Qualificação Técnica

A equipe de planejamento concluiu pela necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica, com fundamento legal no artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/21, que permite:

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei.

Justificando-se a exigência, tendo em vista que através do(s) referido(s) documento(s), a Administração pode verificar se a empresa licitante retém de experiência anterior e possui os requisitos operacionais para a perfeita execução do contrato.

Portanto, para fins de comprovação de qualificação técnica, deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica, concedido por pessoa jurídica de direito público ou privado (comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos como objeto a ser contratado).

4.3.7. Qualificação Econômico-Financeira

Com o intuito de avaliar a saúde financeira da empresa, para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

b) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

c.1) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c.2) Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

c.2.1) Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

c.3) Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da lei nº 5.764 de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

c.4) Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.

d) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

d.1) Caso seja apresentado resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá ser comprovado capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

d.2) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.3.8. Amostra

A equipe técnica entende que a apresentação de amostra para teste de conceito ou prova de performance não se faz necessária, em razão da complexidade dos produtos a que se pretende adquirir. Como condição de habilitação, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá, juntamente, com a proposta apresentada, sem ônus para a SEPOL, apresentar catálogo ou folder (contendo fotos e descrição completa) do produto cotado para conferência das especificações e da qualidade, a ser enviado junto com a proposta de preços definitiva.

As especificações do catálogo/folder deverão estar em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, com tradução na língua portuguesa, caso oriundo de língua estrangeira, e devidamente identificadas com o número do Pregão e nome do licitante, conter os respectivos prospectos, documentação técnica e manuais, se for o caso, e dispor informações quanto às suas características, marca e modelo.

5. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

5.1. Adaptação ao ambiente

Não há necessidade de adaptação ao ambiente.

5.2. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há demanda correlata ou interdependente.

6. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar deverão estar DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

7. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e concluiu pela VIABILIDADE da contratação.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

a. Após finalizado o procedimento licitatório e antes da assinatura da ata de registro de preços, o processo será devolvido à SECONV/ASPLAN, para os fins de atender ao previsto na legislação (em especial, art. 41 da Portaria Interministerial nº 424/2016), uma vez que o processo é submetido, via Plataforma + Brasil, ao crivo do Concedente.

b. Após a assinatura da Ata e publicação do extrato no Diário Oficial do Estado, a DCC/DGCC deverá notificar a SECONV/ASPLAN acerca dos atos, a fim de que a unidade possa atualizar tais informações na Plataforma de Transferência de Recursos da União (Plataforma + Brasil).

9. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Nome	Matrícula/ID Funcional	Lotação
Nilton Thaumaturgo Rocha Júnior Perito Criminal / Integrante Requisitante e Técnico	4.073.056-5	SPMJ-ICCE-DGPTC/SEPOL
Claudia Regina Ferreira de Souza/ Perita Criminal / Integrante Requisitante e Técnico	2.969.822-7	ICCE-DGPTC/SEPOL
Claudiane Costa Canuto Perita Criminal / Integrante Requisitante e Técnico	5.023.461-7	CEPF-SGPTC/SEP
Anna Carolina Teixeira Pinto Oficial de Cartório / Integrante Administrativo	5.083.391-0	DPC/DGCC



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Thaumaturgo Rocha Júnior, Perito Criminal**, em 15/12/2025, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Regina Ferreira de Souza, Perita Criminal**, em 15/12/2025, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Teixeira Pinto, Oficial de Polícia Civil**, em 15/12/2025, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **119209971** e o código CRC **1FBEE36B**.

Referência: Processo nº SEI-360018/000166/2025

SEI nº 119209971

Rua da Relação, nº 42 - 12º andar - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20231-014
Telefone: - <https://www.policiacivil.rj.gov.br>